

O ABC do Mercado Voluntário de Carbono



**Capítulo 12:
Como os benefícios
do MVC são
distribuídos?**

Capítulo 12: Como os benefícios do MVC são distribuídos?

Atividades de alta qualidade do mercado voluntário de carbono (MVC) incluem acordos transparentes de distribuição de benefícios com povos indígenas e comunidades locais (PIs&CLs) bem como outros proprietários de terras locais e partes interessadas. As partes interessadas envolvidas nas atividades do MVC podem receber benefícios diretamente com a venda de créditos de carbono ou por meio de acordos de distribuição de benefícios. Os acordos de distribuição de benefícios identificam a forma como os benefícios monetários e não monetários serão atribuídos a que partes interessadas e como se dará a distribuição. Os desenvolvedores de atividades do MVC precisam seguir os requisitos de distribuição de benefícios definidos pelos padrões de carbono e governos dos países anfitriões. Nos casos em que os requisitos de distribuição de benefícios não são impostos, os desenvolvedores de atividades devem continuar a seguir as melhores práticas de distribuição de benefícios para garantir que as atividades sejam equitativas e eficazes a longo prazo.

O que é distribuição de benefícios?

Distribuição de benefícios é a destinação do produto da comercialização de créditos de carbono aos atores locais envolvidos em uma atividade do MVC. A distribuição de benefícios é usada principalmente em atividades de soluções baseadas na natureza (SbN), como desmatamento evitado ou projetos florestais comunitários, mas também se aplica a outras atividades de carbono sediadas em comunidades.

O objetivo da distribuição de benefícios é recompensar os atores locais por contribuições passadas para reduções e remoções de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e incentivar contribuições futuras para atividades de mitigação das mudanças climáticas. A distribuição de benefícios também pode ser utilizada para evitar emissões futuras, recompensando, por exemplo, a conservação e a boa gestão de ecossistemas. Além de incentivar os atores relevantes a participar e apoiar a implementação das atividades do MVC, a distribuição de benefícios visa aumentar a legitimidade dos mercados de carbono, fornecendo benefícios tangíveis às partes

interessadas envolvidas ou afetadas.

Os arranjos de distribuição de benefícios são frequentemente projetados para recompensar e incentivar as atividades de [PIs&CLs](#), comunidades dependentes da floresta, pequenos agricultores e outros atores cujos meios de subsistência se cruzam com a conservação florestal e atividades sustentáveis de gestão da terra. Os acordos de distribuição de benefícios descrevem quem arcará com os custos e quem receberá os benefícios, quais arranjos institucionais e condições de implementação estão em vigor e como as decisões serão tomadas e implementadas nas atividades do MVC. Quando os acordos são estabelecidos de forma inclusiva, transparente e equitativa, os atores são mais propensos a participar das atividades do MVC e as atividades têm maior probabilidade de atingir seus objetivos de mitigação das mudanças climáticas e outras metas.

A distribuição de benefícios é relevante para governos de duas maneiras:

Os governos são obrigados a desenvolver mecanismos de distribuição de benefícios determinados pelo governo para programas jurisdicionais e atividades de projetos que patrocinam.

Os governos podem regulamentar a distribuição de benefícios privados criando diretrizes para as

melhores práticas de distribuição de benefícios.

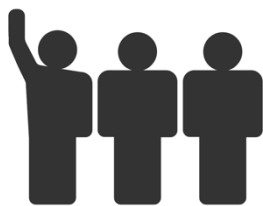
Quais são as melhores práticas para a distribuição de benefícios?

Os acordos de distribuição de benefícios devem ser baseados no direito ao Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) de [PIs&CLs](#). Consequentemente, as negociações de distribuição de benefícios devem começar com uma compreensão clara dos [direitos](#) à terra e aos recursos, das necessidades e prioridades dos povos e comunidades afetados e dos potenciais barreiras à participação. Acordos de distribuição de benefícios bem projetados podem fortalecer a posse da terra, apoiar a governança comunitária e permitir que [PIs&CLs](#) gerenciem seus territórios e meios de subsistência de acordo com suas necessidades e prioridades.

No entanto, a distribuição de benefícios pode representar riscos. A distribuição de benefícios é um processo administrativo que pode não ser facilmente compreendido pelos potenciais beneficiários. Como resultado, os contratos de distribuição de benefícios podem não refletir com precisão as necessidades ou prioridades de [PIs&CLs](#) e conferir poder aos desenvolvedores de atividades. Os acordos de distribuição de benefícios também podem reforçar as desigualdades entre os membros de grupos de [PIs&CLs](#)

que estão diretamente envolvidos nas negociações de distribuição de benefícios ou são os destinatários dos fundos e aqueles que estão menos diretamente envolvidos. Seguir práticas recomendadas para a distribuição de benefícios pode evitar ou mitigar esses riscos.

O Fundo de Parceria para o Carbono Florestal (FCPF na sigla em inglês) delineou os seguintes elementos-chave e abordagens para acordos de distribuição de benefícios:



Desenvolvedores e gestores de atividades do MVC precisam identificar todos os beneficiários relevantes. Os beneficiários incluem aqueles que estão contribuindo diretamente para gerar ou sustentar reduções e remoções de emissões, aqueles que historicamente manejaram terras ou contribuíram para evitar emissões na área de atividade do MVC e aqueles que precisam de incentivos para contribuir com as metas de mitigação. Os beneficiários podem incluir grupos de Pls&CLs, entidades governamentais, proprietários privados de terras e quaisquer atores que se envolvam em comportamentos que devem ser recompensados (por exemplo, conservação) ou comportamentos

que devem ser alterados (por exemplo, desmatamento).



Os acordos de distribuição de benefícios devem ser transparentes.

Os arranjos devem revelar riscos, desafios, sucessos e recompensas das atividades de mitigação, bem como a forma como os benefícios são alocados entre as partes interessadas. Os interesses conflitantes existentes ou potenciais devem ser discutidos abertamente com as partes interessadas. A gestão de expectativas é essencial para manter a confiança e a legitimidade dos beneficiários. Direitos formais e informais, estatutários e consuetudinários sobre a terra e o carbono informam os arranjos de distribuição de benefícios e facilitam a distribuição efetiva de benefícios. As análises de custo-benefício podem ajudar as partes interessadas a entender e tomar decisões informadas sobre suas funções nas atividades de MVC.



O sucesso da distribuição de benefícios depende de consultas efetivas, extensas e frequentes

com as partes interessadas. As consultas criam e mantêm a confiança e asseguram que os acordos continuem a satisfazer as necessidades dos beneficiários. Através de consultas, os beneficiários devem estabelecer critérios para a sua participação nas atividades do MVC, a fim de garantir que os benefícios reflitam as necessidades e prioridades das partes interessadas. As consultas devem ser iniciadas antes da implementação da atividade e ocorrer regularmente em todas as fases de uma atividade do MVC, para que os acordos de distribuição de benefícios possam ser revistos com base na mudança das condições e dos resultados da atividade.



A distribuição de benefícios deve estar ligada às contribuições nas atividades de mitigação das partes interessadas. Os benefícios podem compensar os custos de transação, implementação e oportunidade incorridos pelas partes interessadas. Os benefícios podem ser baseados em resultados, caso em que as partes interessadas locais são recompensadas por alcançar resultados de mitigação ou conservação, ou baseadas em insumos, caso em que as partes

interessadas locais recebem benefícios por realizar atividades que mantenham ecossistemas.

Os benefícios podem ser monetários ou não monetários. Os benefícios não monetários podem incluir treinamento, capacitação, fornecimento de infraestrutura ou serviços sociais, insumos agrícolas, tecnologia, posse da terra ou governança reforçadas, acesso a serviços ecossistêmicos e introdução de meios de subsistência alternativos ou atividades geradoras de renda.



Os acordos de distribuição de benefícios podem atenuar as desigualdades existentes nas comunidades beneficiárias. Isso pode ser feito envolvendo povos indígenas, pequenos agricultores, comunidades florestais e outros grupos vulneráveis ou historicamente marginalizados, mesmo que não sejam agentes de desmatamento. A distribuição de benefícios pode ajudar a corrigir a desigualdade socioeconômica, reconhecer os direitos à terra e ao carbono e sustentar os resultados de mitigação das mudanças climáticas. Quando a distribuição de benefícios não aborda as desigualdades, pode exacerbar as divisões socioeconômicas existentes, a insegurança fundiária,

a discriminação de gênero e a captura de recursos pela elite. Os benefícios podem incluir o desenvolvimento de capacidades necessárias para que as partes interessadas alcancem ou recebam benefícios.



Recursos financeiros, administrativos e técnicos suficientes devem ser orçamentados para a implementação e manutenção de acordos de distribuição de benefícios. A distribuição dos benefícios é determinada por grupos de beneficiários diferenciados e pelos mecanismos necessários para compartilhar diferentes tipos de benefícios. Os benefícios podem ser distribuídos com base em contribuições futuras ou passadas para emissões reduzidas ou evitadas, nível de necessidade de incentivos dos beneficiários e/ou indicadores como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os desenvolvedores de atividades do MVC devem estar preparados para fornecer recursos iniciais para projetar e implementar plenamente consultas e acordos de distribuição de benefícios. O envolvimento de instituições existentes e o pagamento por programas de serviços

ecossistêmicos podem reduzir os custos de inicialização e transação.

É importante lembrar que não existe uma solução única para a distribuição de benefícios. Os arranjos devem ser desenvolvidos com base nos sistemas de posse e uso da terra, arranjos de governança e condições históricas ou políticas no local de atividade do MVC. Os acordos de distribuição de benefícios não devem ser ampliados ou aplicados de um projeto para outro sem uma avaliação e consulta prévias cuidadosas.

Leitura adicional

FCPF. (2018). *REDD+ Benefit Sharing. Forest Carbon Partnership Facility. Retrieved August 9, 2021, from*

<https://www.forestcarbonpartnership.org/redd-benefit-sharing>

FCPF and BioCF ISFL. (2020). *Designing Benefit Sharing Arrangements: A Resource for Countries. Retrieved August 9, 2021, from*

<https://www.forestcarbonpartnership.org/bio-carbon/en/index.html>

Loft, L., Pham, T. T., & Luttrell, C. (2014). *Lessons from Payments for Ecosystem Services for REDD+ Benefit-Sharing Mechanisms. Retrieved August 5, 2021, from* <http://www.cifor.org/library/4488/lessons-from-payments-for-ecosystem-services-for-redd-benefit-sharing-mechanisms>

O'Gara, K. (2020, September 9). Guest blog: Reaping the rewards of well-designed benefit sharing arrangements. UN-REDD Programme. Retrieved August 9, 2021, from <https://www.un-redd.org/post/reaping-the-rewards-of-well-designed-benefit-sharing-arrangements>

Parizat, R. (2020, February 25). Getting the incentives right on forest protection - guest blog. UN-REDD Programme. Retrieved August 9, 2021, from <https://www.un-redd.org/post/getting-the-incentives-right-on-forest-protection-guest-blog>

Raderschall, L., Krawchenko, T., & Leblanc, L. (2020). Leading practices for resource benefit sharing and development for and with Indigenous communities (No. No. 01) (No. No. 01). Retrieved September 29, 2023, from https://www.oecd-ilibrary.org/urban-rural-and-regional-development/leading-practices-for-resource-benefit-sharing-and-development-for-and-with-indigenous-communities_177906e7-en

Streck, C. (2020). Who Owns REDD+? Carbon Markets, Carbon Rights and Entitlements to REDD+ Finance. *Forests*, 11(9), 959.

World Bank Group. (2019). *Benefit Sharing at Scale: Good Practices for Results-Based Land Use Programs*. Retrieved from https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/32765?CID=CCG_TT_climatechange_EN_EXT

[org/handle/10986/32765?CID=CCG_TT_climatechange_EN_EXT](https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/32765?CID=CCG_TT_climatechange_EN_EXT)

Agradecimentos

Autores: Melaina Dyck, Charlotte Streck e Danick Trouwloon

Desenhista: Sara Cottle

Colaboradores: Leo Mongendre, Laura Carolina Sepúlveda e Theda Vetter

Tradução para português: Alan Ichilevici de Oliveira

Data de publicação: Outubro de 2023

O ABC do Mercado Voluntário de Carbono (MVC) é apoiado pela Climate and Land Use Alliance (CLUA). Os autores agradecem aos revisores e parceiros que generosamente contribuíram com conhecimento e experiência para este manual.